ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 009/2026 - MPAM/PMM

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS E O MUNICÍPIO DE MANAUS, COM O OBJETIVO DE DESENVOLVER E EXECUTAR CONJUNTAMENTE CAMPANHA EDUCATIVA, PREVENTIVA E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL DESTINADA À PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO, COMBATE E FISCALIZAÇÃO DAS QUEIMADAS NO MUNICÍPIO DE MANAUS.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, orgão da Administração Superior, com sede na Avenida Coronel Teixeira, nº 7995, bairro Nova Esperança, Manaus/AM, inscrito no CNPJ sob o nº 04.153.748/0001-85, neste ato representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, a Exma. Sra. **LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE**, com auxílio da **OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (OGMP)**, neste ato representada pela Ouvidora-Geral, a Procuradora de Justiça, Exma. Sra. **SILVIA ABDALA TUMA,** e do **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS NA PROTEÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DA ORDEM URBANÍSTICA (CAO-MAPH-URB)**, neste ato representado pelo Coordenador, o Promotor de Justiça, Exmo. Sra. **CARLOS SÉRGIO EDWARDS DE FREITAS**; e o **MUNICÍPIO DE MANAUS**, com sede na Avenida Brasil, nº 2971, Compensa, Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.365.326/0001-73, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Exmo. Sr. **RENATO FROTA MAGALHÃES**, doravante denominadas em conjunto **PARTÍCIPES**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições seguintes, observadas, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente os princípios previstos em seu art. 5º e 184, bem como as demais normas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer parceria institucional entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (MPAM), com auxílio da Ouvidoria-Geral do Ministério Público (OGMP) e da Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Urbanístico (CAO-MAPH-URB), e o MUNICÍPIO DE MANAUS, por intermédio dos órgãos competentes, para o desenvolvimento e a execução conjunta de campanha educativa, preventiva e de mobilização social destinada à

prevenção, conscientização e combate às queimadas, bem como ao fortalecimento das ações de fiscalização pelos órgãos competentes, no Município de Manaus..

1.2 A campanha compreenderá ações de educação ambiental, orientação da população, divulgação de informações, sensibilização quanto aos riscos e impactos das queimadas, estímulo à denúncia de práticas irregulares, divulgação dos canais da Ouvidoria-Geral, e apoio às ações de fiscalização, observadas as competências legais e institucionais de cada partícipe.

1.3 As ações poderão ser realizadas por meio de veiculação de conteúdo educativo em televisão, rádio, mídias digitais e demais meios de comunicação, bem como mediante ações presenciais em campo, atividades de orientação e mobilização comunitária, distribuição de materiais educativos e outras iniciativas previamente acordadas entre os partícipes.

1.4 Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES observarão o Plano de Trabalho, Anexo Único, que, após aprovado e assinado, constituirá parte integrante e indissociável deste Acordo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (MPAM):

a) participar do planejamento e da execução da campanha educativa de prevenção e combate às queimadas;

b) divulgar a campanha em seus canais institucionais de comunicação;

c) apoiar a mobilização de órgãos públicos, instituições e entidades parceiras;

d) acompanhar, por meio de suas unidades competentes, as ocorrências que possam demandar atuação do Ministério Público.

II - DA OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS:

a) orientar a população sobre os canais oficiais para comunicação e denúncia de queimadas;

b) receber, registrar e encaminhar ao CAO-MAPH-URB as manifestações relacionadas às queimadas e suas consequências para a população;

c) participar das ações de campo desta campanha, inclusive disponibilizando postos de atendimento itinerante à população quando houver possibilidade;

d) colaborar na avaliação dos resultados da campanha, especialmente quanto à participação e às manifestações da população.

III - DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS NA PROTEÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DA ORDEM URBANÍSTICA (CAO-MAPH-URB):

a) coordenar, no âmbito do MPAM, a articulação com os Promotores de Justiça com atribuição ambiental para atuação nas ocorrências de queimadas;

b) Distribuir às Promotorias de Justiça competentes informações, denúncias, imagens, relatórios e demais elementos referentes às queimadas identificadas, de modo a subsidiar atuação coordenada e resolutiva dos Órgãos de Execução;

c) apoiar os Promotores de Justiça na fiscalização das ocorrências e na articulação com os órgãos municipais responsáveis pela fiscalização ambiental;

d) acompanhar, junto às Promotorias de Justiça, os procedimentos extrajudiciais e processos judiciais relacionados à temáticas queimadas;

e) subsidiar a adoção das medidas administrativas, extrajudiciais e judiciais cabíveis para prevenção, cessação, reparação dos danos e responsabilização pelos ilícitos ambientais.

IV - DO MUNICÍPIO DE MANAUS:

a) disponibilizar materiais e estrutura necessários às ações da campanha, incluindo, quando disponíveis, Centro de Mídias, materiais educativos, faixas, banners, cartazes e sacos para acondicionamento de resíduos;

b) disponibilizar equipes e apoio logístico para as ações educativas e de campo;

c) promover a divulgação da campanha em televisão, rádio, redes sociais, sites e demais canais de comunicação disponíveis;

d) realizar ações de orientação e fiscalização nos locais identificados como de maior ocorrência de queimadas;

e) registrar as ocorrências constatadas e encaminhar ao MPAM, quando solicitado ou quando houver indícios de ilícitos, as informações e documentos necessários à atuação ministerial;

f) adotar as medidas administrativas cabíveis em relação às queimadas irregulares, inclusive fiscalização, autuação e aplicação das sanções previstas na legislação municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO

3.1 Cada PARTÍCIPE indicará representante responsável pelo acompanhamento da execução do presente Acordo e do respectivo Plano de Trabalho.

3.2 Compete aos representantes designados:

I - acompanhar e articular as atividades previstas no Plano de Trabalho;

II - avaliar o cumprimento das ações e metas pactuadas;

III - comunicar aos respectivos órgãos ou autoridades competentes eventuais dificuldades verificadas na execução do ajuste;

IV - propor, quando necessário, medidas para o aperfeiçoamento da execução; e

V - promover o registro das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados.

3.3 A execução deste Acordo não prejudica nem transfere as competências legais, constitucionais ou regulamentares atribuídas a qualquer dos PARTÍCIPES ou às unidades envolvidas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

4.1 Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

4.2 As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

4.3 As ações que implicarem transferência de recursos financeiros, doação, transferência, comodato ou outra forma de compartilhamento patrimonial de bens serão viabilizadas mediante instrumento específico, observada a legislação aplicável.

4.4 Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS

5.1 Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

5.2 As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Acordo terá **vigência até 31 de dezembro de 2026**, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que haja interesse dos PARTÍCIPES e a prorrogação seja formalizada durante sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1 O presente Acordo poderá ser alterado, mediante termo aditivo celebrado durante sua vigência, desde que haja concordância dos PARTÍCIPES e seja preservado o seu objeto.

7.2 Os ajustes no Plano de Trabalho que não impliquem alteração do objeto, das obrigações essenciais dos PARTÍCIPES ou de cláusula deste Acordo poderão ser formalizados mediante apostilamento ou registro próprio nos autos, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

8.1 O presente Acordo será extinto:

I - pelo advento do termo final de vigência, caso não seja formalizada sua prorrogação;

II - por consenso dos PARTÍCIPES;

III - por denúncia unilateral de qualquer dos PARTÍCIPES, mediante comunicação escrita ao outro partícipe com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

IV - por rescisão, na hipótese de descumprimento de obrigação que inviabilize o alcance do objeto ou de ocorrência superveniente que torne impossível sua execução.

8.2 Na hipótese de extinção do Acordo, os PARTÍCIPES responderão pelas obrigações regularmente assumidas até a data de seu encerramento.

8.3 Havendo ações em curso na data do encerramento, os PARTÍCIPES avaliarão as providências necessárias à sua conclusão, quando juridicamente possível e conveniente ao interesse público.

CLÁUSULA NONA - DA COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

9.1 As ações decorrentes deste Acordo poderão ser divulgadas pelos PARTÍCIPES em seus respectivos canais institucionais, observadas as normas aplicáveis à comunicação pública e à utilização de marcas, símbolos e identidades institucionais.

9.2 A divulgação das ações deverá possuir caráter educativo, informativo e de orientação social, vedada a utilização do objeto deste Acordo para promoção pessoal de autoridades ou agentes públicos.

9.3 A utilização da identidade visual, marca, logotipo ou outros sinais institucionais de qualquer dos

PARTÍCIPES deverá observar as respectivas normas internas e, quando necessário, ser previamente autorizada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA

10.1 Os PARTÍCIPES promoverão a publicação e a divulgação do presente Acordo nos respectivos meios oficiais, na forma das normas que lhes forem aplicáveis, bem como disponibilizarão o inteiro teor do instrumento em seus sítios eletrônicos institucionais.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1 Os PARTÍCIPES comprometem-se a observar a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), relativamente aos dados pessoais eventualmente tratados em decorrência da execução deste Acordo.

11.2 O tratamento de dados pessoais deverá:

I - restringir-se ao mínimo necessário para o cumprimento das finalidades relacionadas à execução deste Acordo;

II - possuir fundamento jurídico adequado, observadas as competências legais e institucionais de cada PARTÍCIPE;

III - observar os princípios previstos no art. 6º da LGPD; e

IV - adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais adequadas à proteção dos dados pessoais.

11.3 Cada PARTÍCIPE será responsável pelo tratamento de dados pessoais realizado no âmbito de suas atribuições institucionais, observadas as respectivas competências e responsabilidades estabelecidas na legislação.

11.4 O eventual compartilhamento de dados pessoais deverá limitar-se ao estritamente necessário à consecução das finalidades legítimas deste Acordo e observar a legislação aplicável, inclusive quanto à segurança da informação e aos direitos dos titulares.

11.5 Os dados pessoais deverão ser eliminados quando encerrado o tratamento, ressalvadas as hipóteses de conservação previstas no art. 16 da LGPD e demais normas aplicáveis.

11.6 Os PARTÍCIPES deverão preservar o sigilo e a confidencialidade das informações cujo acesso seja legalmente restrito, especialmente aquelas relacionadas a manifestações e denúncias, observadas a Lei nº 12.527/2011, a Lei nº 13.709/2018 e as normas internas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 As situações não previstas neste instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPES, observadas as respectivas competências institucionais, a legislação aplicável e a finalidade pública que orienta a presente cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

13.1 Eventuais divergências decorrentes da interpretação ou execução deste Acordo serão, preferencialmente, solucionadas administrativamente, mediante entendimento entre os PARTÍCIPES.

13.2 Não sendo possível a solução consensual, fica eleito o foro da Comarca de Manaus/AM para dirimir as controvérsias decorrentes deste Acordo, ressalvadas as hipóteses de competência absoluta previstas na Constituição e na legislação.

E, por estarem de acordo, os PARTÍCIPES firmam eletronicamente o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Manaus, 1° de outubro de 2026.

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Procuradora-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas

SILVIA ABDALA TUMA
Ouvidora-Geral Ministério Público do Estado do Amazonas

CARLOS SÉRGIO EDWARDS DE FREITAS
Coordenador do CAO-MAPH-URB

RENATO FROTA MAGALHÃES
Prefeito Municipal de Manaus

TESTEMUNHAS

NOME/ASSINATURA: Rodrigo Guimarães de Carvalho
CPF: 980.039.332-34

NOME/ASSINATURA: Marcio Araújo Medeiros
CPF: 634.231.462-49

ANEXO ÚNICO - PLANO DE TRABALHO SIMPLIFICADO

1. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTÍCIPES

PARTÍCIPE 1: Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), com auxílio da Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Especializadas na Proteção e Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e da Ordem Urbanística (CAO-MAPH-URB).

PARTÍCIPE 2: Município de Manaus, por intermédio dos órgãos e unidades administrativas competentes.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Desenvolvimento e execução conjunta de campanha educativa, preventiva e de mobilização social destinada à prevenção, conscientização e combate às queimadas no Município de Manaus, mediante ações integradas de educação ambiental, comunicação, orientação da população, divulgação dos canais de denúncia e fortalecimento das ações de prevenção e fiscalização, observadas as competências legais e institucionais de cada partícipe.

3. JUSTIFICATIVA

A presente cooperação decorre da necessidade de atuação institucional integrada diante da ocorrência de queimadas no Município de Manaus e dos respectivos impactos ambientais, sociais e à saúde da população.

A atuação conjunta permitirá ampliar o alcance das ações educativas e preventivas, aprimorar a divulgação de informações à população, fortalecer os canais institucionais destinados ao recebimento de denúncias e promover maior articulação entre os órgãos envolvidos nas atividades de prevenção, orientação e fiscalização.

A cooperação será desenvolvida mediante conjugação de esforços e utilização das estruturas administrativas e institucionais já existentes, sem transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes.

4. OBJETIVO GERAL

Promover ações integradas de prevenção, conscientização e combate às queimadas no Município de Manaus, mediante educação ambiental, comunicação social, mobilização comunitária, fortalecimento dos canais de denúncia e articulação entre as instituições participantes.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos da cooperação:

I - ampliar a conscientização da população acerca dos riscos e impactos ambientais, sanitários e sociais decorrentes das queimadas;

II - orientar a população quanto às medidas preventivas relacionadas à ocorrência de queimadas;

III - divulgar os canais institucionais disponíveis para encaminhamento de informações e denúncias;

IV - promover ações educativas e de mobilização social, inclusive em áreas consideradas prioritárias pelos órgãos competentes;

V - ampliar a divulgação de conteúdos educativos em meios de comunicação e plataformas digitais;

VI - fortalecer a articulação entre o MPAM e os órgãos municipais responsáveis pelas ações de prevenção e fiscalização ambiental; e

VII - facilitar o encaminhamento das informações e ocorrências que possam demandar atuação dos órgãos competentes.

6. PLANO DE AÇÕES

Ação	Atividade	Responsáveis	Resultado esperado
1. Planejamento da campanha	Definição das ações prioritárias, estratégias de comunicação, locais de atuação e responsabilidades operacionais.	MPAM e Município de Manaus	Planejamento integrado das ações da campanha.
2. Produção e divulgação de conteúdo educativo	Elaboração e divulgação de peças, mensagens e conteúdos educativos em canais institucionais, mídias digitais, rádio, televisão e outros meios disponíveis.	MPAM e Município de Manaus	Ampliação do acesso da população a informações sobre prevenção e combate às queimadas.
3. Divulgação dos canais de denúncia	Divulgação dos canais da Ouvidoria-Geral do MPAM e dos demais canais oficiais pertinentes.	MPAM e Município de Manaus	Maior conhecimento e utilização, pela população, dos canais oficiais de comunicação e denúncia.
4. Ações educativas e de mobilização social	Realização de atividades presenciais, orientações à população, mobilizações comunitárias e, quando possível, distribuição de materiais educativos.	MPAM e Município de Manaus	Sensibilização da população e estímulo à prevenção das queimadas.
5. Ações em áreas prioritárias	Realização de atividades educativas, preventivas e fiscalizatórias em locais identificados pelos órgãos competentes como de maior incidência ou risco de queimadas.	Município de Manaus, com apoio institucional do MPAM, conforme suas atribuições	Intensificação das ações de prevenção e fiscalização nas áreas prioritárias.

6. Recebimento e encaminhamento de manifestações	Recebimento, registro e encaminhamento das manifestações e denúncias relacionadas às queimadas, de acordo com as competências de cada órgão.	Ouvidoria-Geral do MPAM e órgãos municipais competentes	Tratamento e encaminhamento adequado das informações recebidas.
7. Articulação institucional	Interlocução entre os órgãos participantes e, quando pertinente, com outras instituições públicas e entidades parceiras.	MPAM e Município de Manaus	Maior integração entre os órgãos envolvidos nas ações de prevenção e combate às queimadas.
8. Avaliação dos resultados	Consolidação das principais ações realizadas e dos resultados obtidos durante a campanha.	MPAM e Município de Manaus	Registro e avaliação das atividades executadas no âmbito da cooperação.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

As atividades previstas neste Plano de Trabalho serão desenvolvidas durante a vigência do Acordo de Cooperação Técnica, observada a seguinte programação indicativa:

Etapa	Período
Planejamento e articulação inicial	Após a assinatura do ACT
Produção e divulgação dos conteúdos educativos	Durante a vigência do ACT
Divulgação dos canais de denúncia	Durante a vigência do ACT
Ações educativas, preventivas e de mobilização social	Durante a vigência do ACT
Ações em áreas prioritárias	Conforme identificação da necessidade pelos órgãos competentes
Recebimento e encaminhamento das manifestações	Durante a vigência do ACT
Avaliação e consolidação dos resultados	Até o encerramento da vigência

O cronograma poderá ser ajustado pelos responsáveis pelo acompanhamento da execução, conforme as necessidades identificadas durante a campanha, desde que não haja alteração do objeto ou das obrigações essenciais estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica.

8. RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES

8.1. Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM)

Compete ao MPAM:

I - participar do planejamento e da execução das ações da campanha;

II - divulgar a campanha em seus canais institucionais;

III - apoiar a articulação institucional necessária ao desenvolvimento das atividades;

IV - orientar a população acerca dos canais oficiais de comunicação e denúncia;

V - receber e encaminhar, por meio de suas unidades competentes, as manifestações relacionadas às queimadas;

VI - prestar apoio institucional e técnico, no âmbito de suas atribuições, às ações desenvolvidas; e

VII - colaborar no acompanhamento e na avaliação dos resultados da campanha.

8.2. Município de Manaus

Compete ao Município de Manaus:

I - participar do planejamento e da execução das ações da campanha;

II - disponibilizar, conforme suas possibilidades administrativas e orçamentárias, estrutura, equipes, materiais e apoio logístico necessários às atividades sob sua responsabilidade;

III - promover a divulgação da campanha nos canais institucionais disponíveis;

IV - realizar ações educativas, preventivas e de fiscalização por intermédio dos órgãos municipais competentes;

V - orientar a população acerca da prevenção das queimadas;

VI - registrar e encaminhar ao MPAM, quando pertinente, informações relativas a ocorrências que possam demandar atuação ministerial; e

VII - adotar, por intermédio dos órgãos competentes, as medidas administrativas cabíveis diante de queimadas irregulares.

9. RECURSOS FINANCEIROS

O presente Plano de Trabalho não envolve transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes.

As despesas necessárias à execução das atividades sob responsabilidade de cada partícipe correrão à conta de suas próprias dotações orçamentárias e disponibilidades administrativas, sem direito a ressarcimento pelo outro partícipe.

Eventual atividade que implique transferência de recursos financeiros, doação ou transferência patrimonial dependerá da formalização de instrumento específico, observada a legislação aplicável.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento da execução será realizado por representantes indicados pelos partícipes, aos quais caberá promover a articulação necessária à realização das atividades e avaliar o cumprimento das ações previstas neste Plano de Trabalho.

Para fins de acompanhamento, poderão ser considerados, dentre outros, os seguintes elementos:

I - ações educativas realizadas;

II - conteúdos e materiais de comunicação divulgados;

III - ações de mobilização e orientação à população;

IV - alcance dos canais institucionais de comunicação, quando disponível;

V - manifestações e denúncias recebidas relacionadas à campanha, observadas as regras de proteção de dados pessoais e de acesso à informação;

VI - ações de fiscalização realizadas pelos órgãos competentes; e

VII - demais resultados considerados relevantes pelos partícipes.

A avaliação terá caráter predominantemente qualitativo, sem prejuízo da utilização de indicadores quantitativos disponíveis, considerando-se as características da campanha e a disponibilidade de informações pelos órgãos envolvidos.

11. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, com a execução deste Plano de Trabalho:

I - ampliar a conscientização da população acerca dos riscos das queimadas;

II - aumentar a divulgação das medidas preventivas e dos canais oficiais de denúncia;

III - fortalecer a atuação integrada entre o MPAM e o Município de Manaus;

IV - ampliar a presença de ações educativas e preventivas nas áreas consideradas prioritárias;

V - aperfeiçoar o fluxo de informações entre os órgãos envolvidos; e

VI - contribuir para a prevenção e redução da ocorrência de queimadas no Município de Manaus.

12. VIGÊNCIA

O presente Plano de Trabalho vigorará pelo mesmo período do Acordo de Cooperação Técnica ao qual se encontra vinculado.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano de Trabalho integra o Acordo de Cooperação Técnica nº 009/2026 - MPAM/PMM, independentemente de transcrição, e contém a aprovação e assinatura dos representantes legais dos dois partícipes.

As ações nele previstas poderão ser ajustadas no decorrer da execução, mediante entendimento entre os responsáveis pelo acompanhamento, desde que as alterações possuam caráter operacional e não impliquem modificação do objeto, das obrigações essenciais dos partícipes ou das demais condições estruturantes do Acordo.